

DO PÚLPITO AO PARLAMENTO: A REPRESENTAÇÃO EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO (1995-2024)

From the pulpit to the Parliament: Evangelical representation in the Brazilian National Congress (1995-2024)

Lucas Araujo Martins

Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente
lucas.a.martins@unesp.br

Anielly Rozendo Limeira

Mestranda em Ciências das Religiões na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
anielly.rozendo@outlook.com

Recebido: 23/04/2025

Aceito: 18/11/2025

Resumo

O presente artigo parte da identificação de parlamentares evangélicos no Congresso Nacional brasileiro entre 1995 e 2024, período marcado por um expressivo crescimento desse segmento religioso. O objetivo é compreender o aumento dessa representação e sua influência na agenda legislativa nacional, além de explorar a relação entre o crescimento da população evangélica e a política das igrejas e das denominações religiosas. A metodologia incluiu revisão bibliográfica e levantamento de documentos, como publicações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e dados da Câmara dos Deputados, para identificar parlamentares evangélicos e suas respectivas congregações. A análise abrangeu tanto dados quantitativos quanto qualitativos, muito desses apresentados em gráficos e mapas. Os resultados indicam um aumento considerável no número de parlamentares evangélicos, com destaque para as igrejas pentecostais e neopentecostais, em especial a Igreja Universal do Reino de Deus.

Palavras-chave: Bancada Evangélica, Poder, Política, Religião, Representação

Abstract

This article begins by identifying evangelical members of the Congresso Nacional brasileiro between 1995 and 2024, a period marked by significant growth of this religious segment. The aim is to understand the increase in this representation and its influence on the national legislative agenda, as well as to explore the relationship between the growth of the evangelical population and the political strategies of churches and religious denominations. The methodology included a literature review and the collection of documents, such as publications from the Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) and data from the Câmara dos Deputados, to identify evangelical parliamentarians and their congregations. The analysis covered both quantitative and qualitative data, many of which are presented in graphs and maps. The results indicate a considerable increase in evangelical parliamentarians, with a notable presence of Pentecostal churches, especially the Igreja Universal do Reino de Deus.

Keywords: Evangelical Caucus, Political Power, Religion and Politics, Evangelical Representation, Brazilian Congress

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, os evangélicos conquistaram espaço na política institucional. No legislativo, por exemplo, houve aumento no número de parlamentares ocupando cadeiras de deputado federal, bem como crescimento no número de projetos de lei influenciados, direta e indiretamente, pelos eles. O presente artigo surge da necessidade de entender o crescimento dessa representação no Congresso Nacional Brasileiro e tem como foco de análise o período de 1995 a 2024.

Algumas considerações são necessárias para explicitar melhor o que entendemos por representatividade evangélica. O termo evangélico está relacionado a diversas denominações, abrangendo desde igrejas protestantes consideradas históricas (como Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) até as pentecostais (como a Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus e outras). Ambas são vertentes que descendem da Reforma Protestante do século XVI, mas que apesar de compartilharem uma origem comum, possuem diversas ramificações nas suas práticas políticas e religiosas.

Vale destacar que não raramente os evangélicos são tratados como um grupo homogêneo, mas há diversas distinções tanto do ponto de vista da prática política quanto da religiosa. Por exemplo, os pentecostais, diferente dos protestantes históricos, enfatizam a atualidade dos dons do Espírito Santo, como falar em línguas, curas e discernimento de espíritos. Ou seja, acreditam que Deus continua a agir nos dias de hoje por meio do Espírito Santo, realizando curas, expulsando demônios e operando milagres diversos (Mariano, 1999). Há também as igrejas pentecostalizadas que surgem a partir do movimento que ficou conhecido como “renovação espiritual”, na década de 1960, que reproduz características e práticas típicas do movimento pentecostal. Algumas práticas mais comuns são, por exemplo, as orações por cura com imposição de mãos, momentos de louvores com bandas e danças, lideranças com discursos tendenciosos ao emocionalismo, dentre outros elementos. Um exemplo é a Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil (IPRB).

Por sua vez, conforme a categorização do sociólogo Ricardo Mariano (1999), o pentecostalismo no Brasil, pode ser dividido em três momentos históricos distintos: o Pentecostalismo Clássico, o Deuteropentecostalismo e o Neopentecostalismo. O autor aponta que o pentecostalismo clássico teve início no começo do século XX, com a chegada de missionários estrangeiros que trouxeram a mensagem pentecostal ao Brasil. As principais denominações dessa fase incluem a Congregação Cristã no Brasil, fundada em 1910, e a Assembleia de Deus, estabelecida em 1911. Não raramente, essas igrejas,

consideradas clássicas, mantêm um distanciamento do Estado e possuem uma estrutura geralmente centralizada, com lideranças carismáticas. Em seguida, o deuterpentecostalismo, teve início na década de 1950, influenciado pelo movimento de renovação espiritual nos Estados Unidos, e, nesse período, surgiram denominações como a Igreja do Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo e Igreja Pentecostal Deus é Amor. Além dos dons do Espírito Santo, essa fase foi marcada por fortes campanhas de cura e libertação. O neopentecostalismo, começou a ganhar destaque no final do século XX, especialmente a partir da década de 1970, sendo caracterizado pela teologia da prosperidade, que estabelece um vínculo direto entre fé e prosperidade material (sucesso pessoal). As principais denominações desta onda incluem a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Igreja Renascer em Cristo.

No Brasil, até 1890, o catolicismo era a religião oficial, isto é, a Igreja Católica influenciava diretamente na composição da alta cúpula política e administrativa do Estado. Mesmo com o fim de restrições formais à participação de candidatos de outras matrizes religiosas, esperava-se que católicos ocupassem as funções mais importantes. Quando esses cargos eram assumidos por pessoas de outras religiões, via de regra, tratava-se de candidatos para os quais a religiosidade não era um tema central. No parlamento, apenas em 1929 que um sacerdote evangélico, Natanael Cortez, foi eleito no Ceará para o cargo de deputado estadual (Rocha, 2024).

A partir, sobretudo, da década de 1970, os membros das igrejas evangélicas no Brasil e na América Latina passaram por mudanças significativas em sua relação com a política institucional. Nesse período, os evangélicos passaram a ser incentivados a participar da vida política em diferentes escalas, sendo essa inserção apontada como uma ampliação da missão religiosa. Anteriormente, os evangélicos, principalmente da primeira onda, adotavam uma postura de autoexclusão da política partidária, fundamentada na crença de que a política era um espaço corrompido e incompatível com os princípios e valores cristãos. As transformações resultaram na criação de candidaturas oficiais, que passaram a receber apoio financeiro e programático, além de espaço em cultos nas igrejas (Mariano, 1999; Lacerda, 2017).

Os parlamentares evangélicos eleitos, não raramente, têm consistentemente se oposto a valores seculares, rompendo com o antigo princípio de não envolvimento na política institucional. Atualmente, entre os evangélicos tem ganhado força uma ideia de que

devem ocupar todos os espaços. Eles são influenciados pela Teologia do Domínio¹. Seus projetos são justificados pela necessidade de reintegrar a moral cristã numa sociedade desvirtuada e promíscua.

Essa mudança é influenciada por ensinamentos religiosos, nos quais os evangélicos são incitados a uma batalha contínua², como parte de uma luta entre o bem e o mal (Oliveira, 2020, p. 82). Tal retórica não é exclusiva no Brasil, em vários países da América Latina, esse discurso tem sido disseminado em processos eleitorais, especialmente como arma ideológica, sob o argumento de restauração da ordem e dos bons costumes familiares (Mariano e Gerardi, 2019).

É importante destacarmos a distinção entre Bancada Evangélica e Frente Parlamentar Evangélica (FPE). As frentes parlamentares, de maneira geral, são regidas pelo Ato da Mesa Nº 69, de 10/11/2005, que permite a associação suprapartidária de parlamentares, sendo necessário um terço das assinaturas dos representantes do Congresso Nacional, ou seja, aproximadamente 171 parlamentares. A FPE é, portanto, uma articulação formal do Congresso Nacional destinada a promover e defender interesses específicos da comunidade evangélica. É importante notar que essa frente é mais ampla, já que nem todos os membros compartilham a mesma fé ou o mesmo grau de engajamento nessa pauta. Por outro lado, a bancada evangélica é composta por parlamentares que compartilham uma identidade religiosa comum, unidos em torno de causas e pautas de interesse mútuo.

Para além disso, ao tratar a bancada evangélica com um grupo homogêneo ocultamos os parlamentares católicos reacionários, bem como a diversidade de denominações evangélicas, ao mesmo tempo que invisibiliza as alas progressistas do presente e do passado, que, apesar de minoritárias, resistem diante de uma leitura fundamentalista do evangelho (Machado, 2006; Miguel, 2018).

¹ A Teologia do Domínio foi difundida no Brasil na década de 1980 por Peter Wagner, encontrando terreno fértil, especialmente devido à disseminação da Teologia da Prosperidade, que enfatiza a vida terrena e o acúmulo de bens materiais como sinônimo de bênçãos. A ideia central dessa teologia é que Deus concedeu ao homem autoridade e domínio sobre a terra, mas esses foram perdidos com o pecado original. Esse poder é restaurado através da morte de Jesus, e os crentes são chamados a retomar essa autoridade por meio de uma luta intensa contra o diabo e o mal. Assim, os fiéis são incentivados a exercer domínio em todas as esferas da vida terrena (na escola, na família, no Estado), estabelecendo regras e valores de acordo com os princípios do Reino celestial. (Machado e Mariz, 2023; Limeira, 2023)

² Com a retórica de "Guerra Santa", tem sido cada vez mais comum deparar-se com notícias sobre exércitos divinos, soldados de Deus e toda a lógica que articula os evangélicos ao militarismo (DIP, 2018).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia desse trabalho foi estruturada em três etapas principais: leitura e revisão bibliográfica, levantamento documental e análise dos dados. Primeiramente, realizamos revisão bibliográfica sobre a bancada evangélica. Esta etapa envolveu a pesquisa de livros, artigos, dissertações e teses nos mais diversos acervos. Além disso, utilizamos bases de dados como Scielo, Google Scholar e Researchgate para identificar os trabalhos relacionados com a temática.

Paralelamente, realizamos o levantamento documental. Esta etapa foi dividida em duas partes. Primeiramente, acessamos as publicações "Radiografia do Congresso" disponíveis no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Nessas publicações, estão identificados os parlamentares evangélicos e as congregações às quais esses parlamentares estão vinculados. Optamos por utilizar os dados do DIAP pelo esforço de sistematizar a filiação religiosa dos candidatos, indo além da simples identificação como evangélicos.

Não há consenso sobre o número exato de evangélicos no Congresso, pois se trata de uma variável que muda ao longo da legislatura com a posse de suplentes. Além disso, essa informação não é sistematicamente organizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e há candidatos que se declaram evangélicos por conveniência (Rocha, 2024).

Buscamos verificar o número de mandatos desses parlamentares e as informações sobre os vínculos religiosos nas páginas oficiais e rede sociais dos mesmos. Consultamos também o site oficial da Câmara dos Deputados, na seção dedicada às Frentes Parlamentares, para encontrar informações sobre a composição da FPE. Levantamos os nomes dos parlamentares que integram essa frente.

Compilamos todas as informações obtidas nas etapas anteriores em uma base de dados no Excel. Realizamos uma análise quantitativa e qualitativa dos parlamentares evangélicos e suas congregações, além do partido e do estado. Utilizamos gráficos, mapas, tabelas e outros recursos para apresentar os resultados. Por fim, procedemos à análise dos dados com base na bibliografia levantada.

3. RESULTADO E DISCUSSÕES

Um dos grandes marcos da articulação evangélica na política foi a participação na elaboração da Constituição, no pós-ditadura empresarial-militar (1964-1985), de um lado motivada pelo medo de perseguição por parte dos católicos. Segundo eles, a Igreja Católica, com toda a sua influência presente na sociedade, poderia ser um risco ao impor

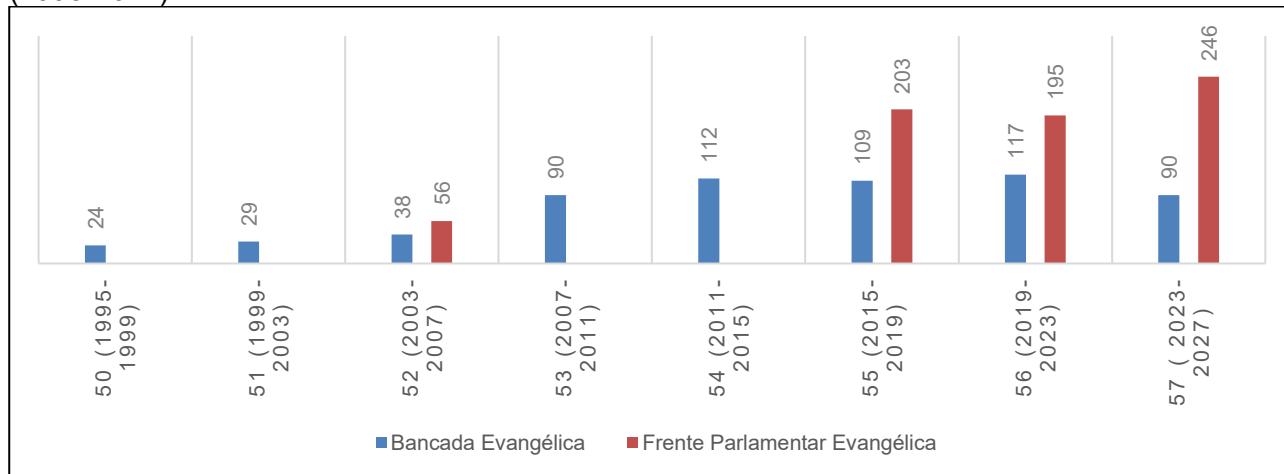
restrições para os evangélicos e seus cultos, inclusive podendo voltar a ser religião oficial (Rocha, 2024). Outra questão é que, devido à secularização e ao surgimento de movimentos em defesa do aborto legal e da união civil homoafetivas, algumas igrejas que antes eram contrárias ao envolvimento político-partidário e que o demonizavam, decidiram mudar sua postura e entrar na política, adotando o lema "irmão vota em irmão" (Quadros e Madeira, 2018).

Nesse contexto, observou-se um esforço conjunto de participação na Constituinte entre os evangélicos, historicamente divididos em diversas ramificações. Esse esforço não foi suficiente para chegar a uma única candidatura oficial que representasse a comunidade, mas foi um esforço de não divisão dos votos entre os diversos candidatos e mesmo uma maior organização nas candidaturas em vários estados (Rocha, 2024).

Uma das principais vitórias desses parlamentares na Constituinte está relacionada às concessões de rádio e TV. À época, para que alguém obtivesse uma concessão, bastava a autorização presidencial. Tal conquista foi acompanhada por um grande escândalo, uma vez que esses parlamentares, que prometeram entrar na política para acabar com práticas corruptas, acabaram, contraditoriamente, no centro de um escândalo envolvendo a troca de votos em favor de um mandato de cinco anos para Sarney (Rocha, 2024).

Após a Constituinte, os evangélicos continuaram a se mobilizar. A seguir, é possível observar essa presença ao longo das legislaturas de 1995 a 2024. No Congresso Nacional, ela tem crescido, via de regra, a cada nova eleição (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – Parlamentares membros da Bancada evangélica e da Frente Parlamentar Evangélica (1995-2024)



Fonte: Câmara dos Deputados (2025)

Elaboração: Autores (2024)

O Gráfico 1 ilustra a composição da bancada evangélica e da Frente Parlamentar Evangélica ao longo das legislaturas no período de 1995 a 2027. A bancada evangélica, conquistou um aumento contínuo até a 56^a legislatura, seguida por uma queda na 57^a legislatura³. Saindo de 24 parlamentares em 1995 para 90 em 2023. Por sua vez, a Frente Parlamentar Evangélica, que surgiu formalmente na 52^a legislatura, antes mesmo do Ato da Mesa de 2005, nem sempre conseguiu ser articulada no Congresso. No entanto, contraditoriamente, mesmo com menos parlamentares assumidamente evangélicos eleitos, conseguiu mais assinaturas (246 signatários) na 57^a legislatura do que na 56^a legislatura (195 signatários). Os dados apontam para o crescimento da representação evangélica acompanhada pela ampliação de alianças e o maior diálogo com outros parlamentares e segmentos dentro e fora do Congresso. Desde a constituinte, os evangélicos são conhecidos por ser um grupo barulhento mesmo quando minoritário (Rocha, 2024)

Com o aumento no número de parlamentares, a capacidade de propor projetos de lei e pautar a agenda legislativa também cresceu. Conforme levantamento elaborado por DIP (2018), apenas no período de 2014 a 2017, a maior parte das iniciativas estava relacionada às datas comemorativas religiosas, com 56 propostas, o que representa aproximadamente 23,5% dos 238 projetos de lei com temas religiosos analisados. Em seguida, aparecem os benefícios econômicos e fiscais concedidos a Igrejas e seus membros (14,7%), seguidos por temas diversos (12,6%), ações contra a diversidade de gênero e os direitos da população LGBTQ (12,2%) e iniciativas contrárias aos direitos reprodutivos das mulheres (10,9%). Também foram identificadas propostas que envolvem privilégios legais para membros de Igrejas (6,3%), ampliação da atuação religiosa em órgãos públicos (5,0%), ensino religioso nas escolas (4,2%), alterações no estatuto de Igrejas (4,2%) e a pauta Escola Sem Partido (3,8%). Em menor número, destacam-se propostas sobre tratamento diferenciado em concursos e provas (1,3%), a presença das Igrejas na discussão sobre o uso de drogas (0,8%) e, por fim, interferência religiosa na pesquisa científica (0,4%). Observa-se que há uma grande variedade de temas abordados nos projetos de lei, mas uma parte considerável deles está relacionada à concessão de benefícios financeiros às igrejas.

³ Descontentes com a queda na 57^a legislatura, o presidente da FPE do Congresso Nacional em 2022, deputado e pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), declarou o seguinte em nome dos diversos parlamentares insatisfeitos: “A principal dedicação (da FPE) neste ano será traçar uma estratégia com os colegas para finalmente chegar ao tamanho que temos no país, 30%. Ainda nos falta fidelizar mais votos do segmento”

Durante a 52^a Legislatura, um dos temas que teve um grande espaço na agenda de discussões por parte dos evangélicos foi a entrada em vigor do novo Código Civil em 2003, pois segundo parte dos evangélicos, o projeto iria ameaçar a autonomia das instituições religiosas. De acordo com Ricardo Mariano,

Taxação de dízimos, confisco de bens, prisão de pastores, fechamento de igrejas, intervenção estatal na administração eclesiástica, cerceamento da liberdade religiosa, obrigatoriedade de officiar casamentos homossexuais, dentre outras medidas e sanções, compuseram os principais temores desses religiosos com a promulgação e implementação da nova lei (Mariano, 2006, p.79).

Essa preocupação dos evangélicos estava fundada na ideia de “perseguição governamental”, com o viés de pretender impedir o crescimento das igrejas. Os representantes eclesiásticos expressavam, recorrentemente, o temor em relação ao novo Código, referindo-se principalmente a uma possível perda da liberdade religiosa (Mariano, 2006).

Neste sentido, outra retórica que tem ganhado força é a da cristofobia, perseguição a cristãos, ou seja, uma estratégia política que visa construir uma narrativa única de perseguição, remontando ao período do Império Romano. Essa retórica busca construir uma história linear de perseguição contínua sugerindo que as perseguições aos cristãos do passado persistiram no presente independente da sua influência e da presença cristã na sociedade (Silva, 2021).

Ainda na 52^a Legislatura, tivemos novas notícias de corrupção associadas aos evangélicos, com o caso do “Mensalão” e da máfia das ambulâncias, que neste último envolveram boa parte da FPE. Mas não só na 52^a legislatura casos de corrupção associados aos evangélicos ganharam visibilidade, antes disso já havia evangélicos vinculados a práticas ilegais, como destaca Rafael Bruno:

Na 49^a Legislatura da Câmara Federal, aconteceram outros escândalos envolvendo parlamentares evangélicos. Em novembro de 1991, o Deputado Federal Jubes Rabelo do PTB de Rondônia, membro da Igreja Batista, perdeu o mandato de deputado devido às ligações com o narcotráfico. Já o Deputado Federal Manuel Moreira do PMDB de São Paulo, ligado à Igreja Assembleia de Deus, foi acusado de obter verbas para nove entidades assistenciais que alegavam nunca terem recebido os recursos (Gonçalves, 2017, p. 311).

Uma das bandeiras da bancada evangélica é a limpeza e extinção da corrupção na política institucional e partidária. Segundo os parlamentares evangélicos, a política estava

cheia de práticas criminosas e era dever destes expulsar todas elas. Porém, diversos evangélicos historicamente tem se envolvido em esquemas de corrupção, sujando, assim, o nome de Deus e de sua própria denominação. Como bem pontua o autor Saulo Baptista:

(...) alguns parlamentares evangélicos, já durante o Congresso Constituinte, estavam imersos em práticas corporativas ou na defesa de interesses pessoais, favorecendo assim, o surgimento de ações corruptas, indo na contramão do que de fato era defendido e apresentado pelos candidatos evangélicos. Com uma prática que acabava diferenciando totalmente do que de fato era defendido por estes parlamentares, ou seja, a “moralização da política” através da “salvação”, a trajetória destes parlamentares evangélicos foi marcada por episódios envolvendo parte significativa deles em atos ilícitos, quebra de decoro parlamentar e corrupção (Baptista, 2009).

Uma pauta recorrente ao longo das legislaturas é a legalização do aborto. A postura da FPE é inegociável em muitas das discussões sobre essa questão, com base numa leitura religiosa da concepção da vida, propõe diversas modificações das leis existentes a fim de criminalizar o aborto. Um dos casos mais recentes que exemplifica bem essa questão está expresso no caso do Projeto de Lei (PL) 1.904 de 2024, também conhecido como PL do Estupro, uma proposta que equipara o aborto ao homicídio, impondo punições mais severas às mulheres que abortam, mesmo nos casos em que o direito ao aborto legal é garantido. Assim, com essa proposta, a mulher que abortar teria sanções legais mais pesadas do que os estupradores (Medeiros, 2024). Esse caso também exemplifica outra questão: a diferença entre o posicionamento dos parlamentares e o da comunidade evangélica, que, em diversas esferas, se posicionou contrária a esse projeto.

Outro debate recorrente é sobre os direitos dos homossexuais, a FPE propôs barreiras à aprovação do PL 122 de 2006, o qual pretendia igualar a discriminação contra homossexuais ao racismo, o que qualificaria aqueles que a praticam como responsáveis por crime imprescritível e inafiançável.

Alguns parlamentares evangélicos, além de manifestar sua contrariedade nas comissões da Câmara, passaram a criticar o projeto nos meios de comunicação e promoveram um abaixo-assinado que reuniu 1 milhão de assinaturas. Para celebrar a adesão de tantas pessoas, as lideranças entregaram o documento à presidência do Senado, em 1º de junho de 2011. Além disso, mobilizaram cerca de 25 mil pessoas em uma manifestação diante do Congresso, com o intuito de pressionar o parlamento e atrair a atenção da opinião pública. Como bem aponta a autora Naiana Zaden,

A Frente Parlamentar Evangélica vem ganhando cada vez mais espaço por suas ideias de defesa da moral e dos bons costumes da família tradicional brasileira, contrariando minorias e propondo leis que retirem ou dificultem direitos já garantidos, principalmente às mulheres e aos homossexuais. Este grupo demonstra o contexto político de interferência cada vez maior de moral religiosa na elaboração de normas penais e civis no Brasil, o que iria de encontro aos limites constitucionais impostos ao poder configurador do legislador e do próprio ideal de Estado Laico e Secular (Zaden, 2018, p. 146)

Além de elaborar projetos de leis favoráveis aos interesses evangélicos, os parlamentares tem atuado para impedir propostas que consideram anticristãs, em muitos casos ocupando cadeiras estratégicas em comissões para barrar as propostas antes mesmo de chegar no plenário, engavetando propostas por anos (Dantas, 2011). Além disso, os evangélicos chegaram a ter um de seus membros, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), também evangélico, no posto decisório mais importante da Casa: a presidência.

Apesar de a FPE ser composta por parlamentares dos mais variados partidos políticos (PMDB, PSDB, PRB, DEM, PT, PV, PDT, PTB, PR, PP, PMN, entre outros), a maioria está vinculada a partidos fisiológicos, ou seja, partidos dispostos a negociar seus votos desde que obtenham algum tipo de benefício privados em troca. Isso, não impede que parlamentares evangélicos se posicionem contra temas que consideram caros aos interesses cristãos (Rocha, 2024).

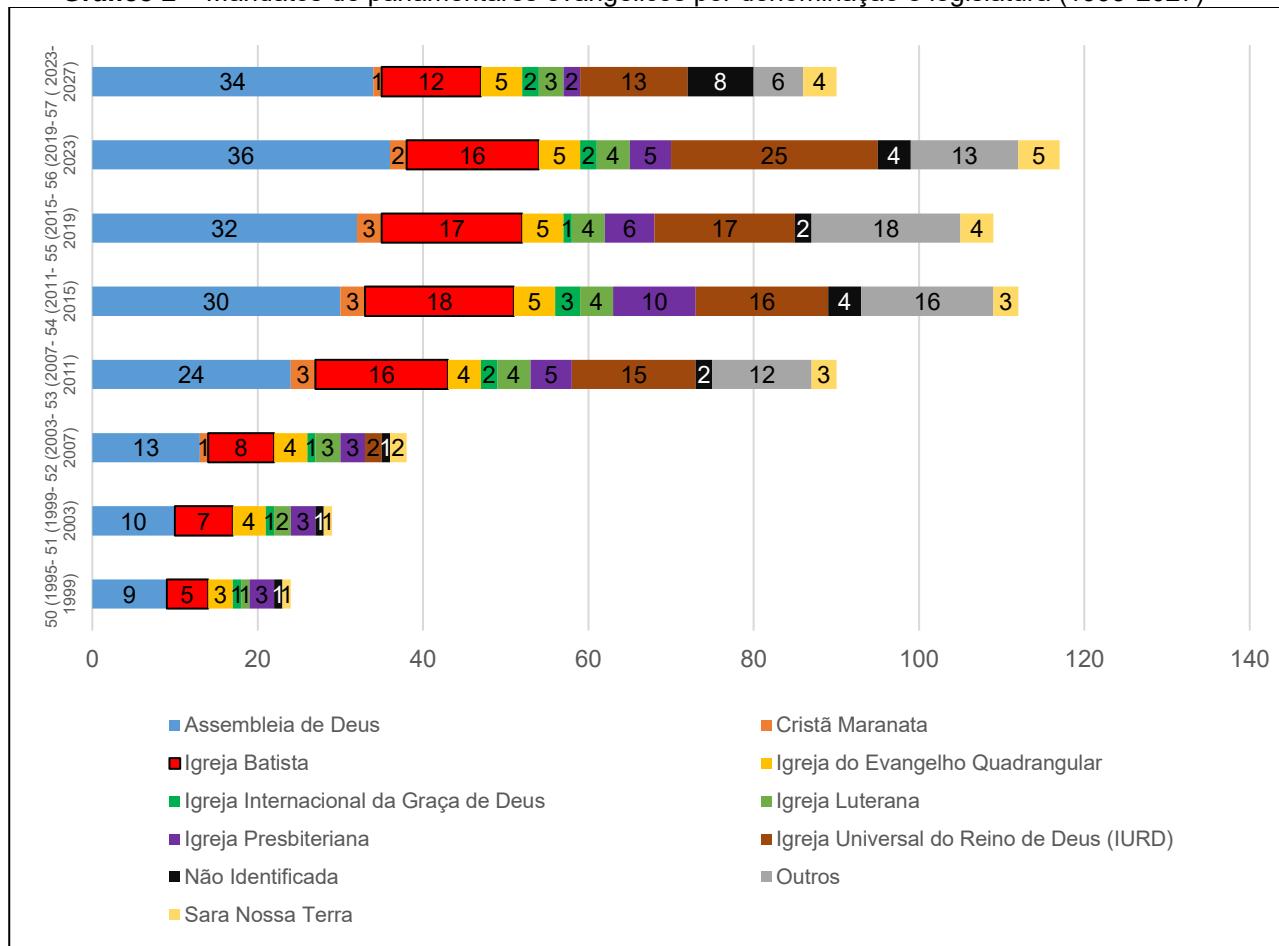
Isso aponta para a importância crescente dos evangélicos na política brasileira, destacando como a sua influência e presença no parlamento têm se expandido e se diversificado ao longo do tempo. No Gráfico 2, a seguir mostra o número de parlamentares e mandatos, revelando como diferentes membros de denominações evangélicas ocupam o legislativo brasileiro, especialmente ao longo das últimas décadas.

Ao analisar o gráfico, observa-se que a Assembleia de Deus é a denominação com o maior número de parlamentares (55) e o maior número de mandatos, totalizando 188. As Assembleias possuem uma política descentralizada, caracterizada pela presença de diferentes ministérios e diversas ramificações que operam com autonomia, embora mantenham laços históricos e práticas comuns. Entre os ministérios e vertentes que conseguiram eleger parlamentares estão: Ministério Novas de Paz, Ministério Vitória em Cristo, Missão Vida, Nação Madureira, Assembleia de Deus de Madureira e a Igreja Catedral do Avivamento, que também está ligada à Assembleia de Deus.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é a segunda denominação em números absolutos, com 32 parlamentares e 88 mandatos, seguida pela denominação Batista. O sucesso eleitoral da IURD está ligado à política centralizada na figura de Edir Macedo, ao

apoio de um grande aparato midiático de rádio e TV, além de um envolvimento pragmático em temas econômicos (Oro, 2003; Rocha, 2024).

Gráfico 2 – Mandatos de parlamentares evangélicos por denominação e legislatura (1995-2027)



Fonte: DIAP (2004). **Elaboração:** Autores (2024)

A Igreja Batista também se divide em várias congregações e ministérios com candidatos eleitos, incluindo: da Lagoinha, da Lagoinha Vila da Serra, do Bacacheri, do Caminho, Getsêman, Luz Divina, Nacional e Solidária. Outras denominações, como a Luterana, Cristã Maranata e a Igreja do Evangelho Quadrangular, destacam-se pela presença em diferentes legislaturas e pela capacidade de reeleição.

A categoria “outros” compreende igrejas ou denominações com um menor número de representantes, com um ou dois parlamentares eleitos durante o período, totalizando 21 parlamentares e 65 mandatos. Entre elas estão: Igreja Adventista, Congregação Cristã, Igreja Cristã Evangélica, Igreja Fonte da Vida, Igreja Comunidade Graça e Paz, Igreja do Evangelho Eterno, Igreja do Evangelho Pleno, Igreja do Nazareno, Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristino, Igreja Fazei Discípulos de Resende, Igreja Maranata, Igreja Metodista, Igreja

Renaser, Igreja Nova Vida, O Brasil para Cristo, Igreja Mundial do Poder de Deus e Igreja Projeto Vida Nova.

Já a categoria de “não identificados” agrupa parlamentares que atuam junto à bancada evangélica, mas cuja denominação específica não foi possível identificar, somando 10 parlamentares com 23 mandatos.

Em muitos desses casos, as denominações têm candidaturas fortes em seus estados e regiões de atuação, apesar da pulverização do voto da comunidade evangélica em diversos candidatos e partidos, mas tem conseguido garantir a expansão no número de mandatos (ver pranchas de mapas, a seguir).

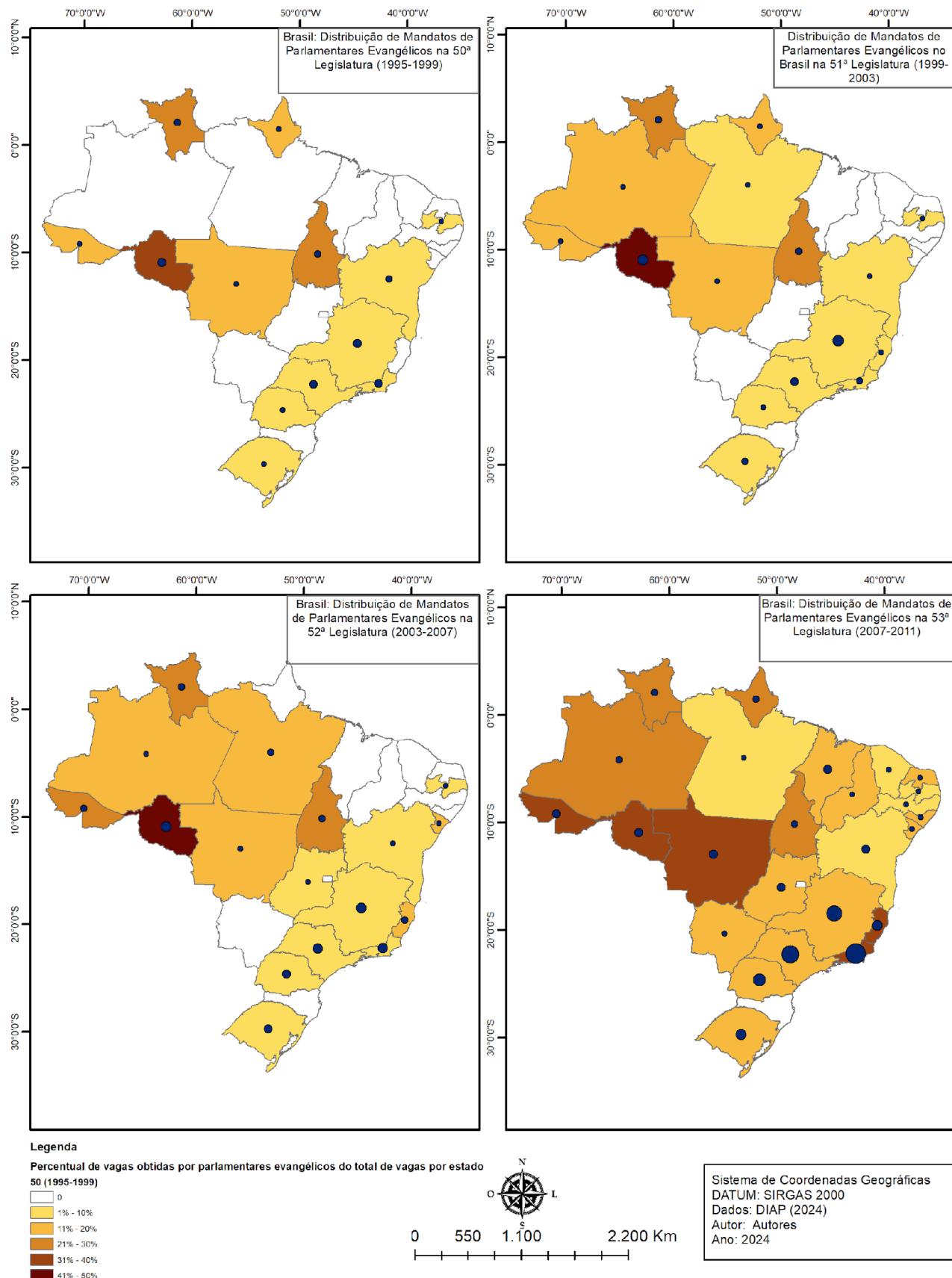
O conjunto de mapas presentes nas pranchas 1 e 2 mostram a distribuição de mandatos de parlamentares evangélicos no Brasil, por estado e legislatura, de 1995 a 2024. Ao analisar essas informações observamos uma tendência de crescimento na representação evangélica nos estados.

Durante a 50^a legislatura (1995-1999), estados como Acre (AC), Bahia (BA), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rondônia (RO), Roraima (RR), Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP) e Tocantins (TO) tinham entre 1 e 3 parlamentares evangélicos. Na 51^a legislatura (1999-2003), houve um pequeno aumento em alguns estados, como Amazonas (AM), Amapá (AP), Espírito Santo (ES) e Rio Grande do Sul (RS).

A quantidade de mandatos começou a crescer significativamente na 52^a legislatura (2003-2007), em destaque aos estados de: MG, RJ e SP. Durante a 53^a legislatura (2007-2011), seguiu crescendo nesses estados. No Rio de Janeiro, o número de mandatos saltou de 4 na 52^a legislatura para 17 na 53^a legislatura. Em outros estados como Alagoas (AL) e Santa Catarina (SC) foi nessa legislatura que começaram a ter representação abertamente evangélica.

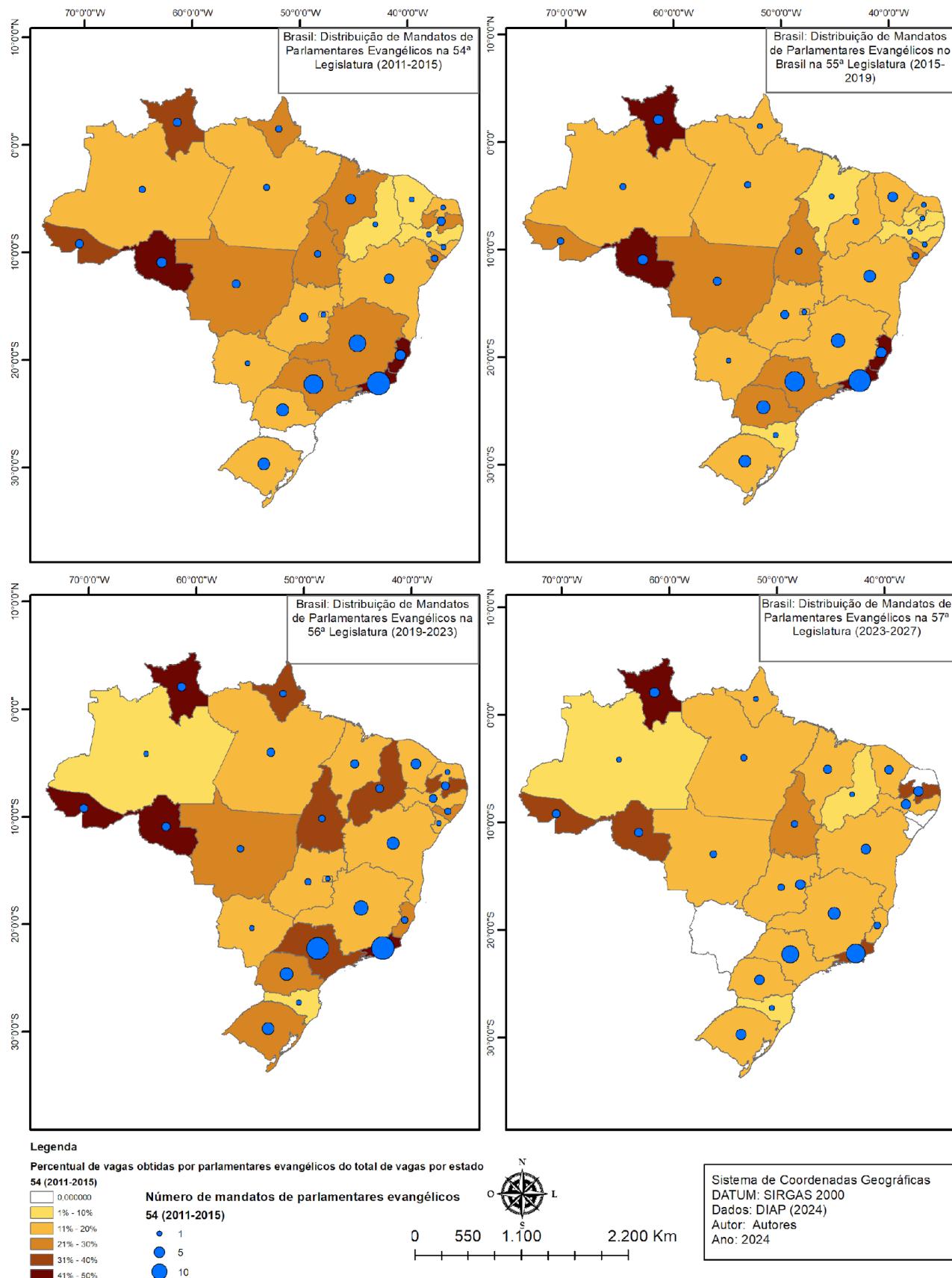
O crescimento continuou na 54^a legislatura (2011-2015), o Rio de Janeiro alcançou 23 mandatos, enquanto São Paulo chegou a 16. Outros estados como, Pernambuco (PE) e Maranhão (MA) também tiveram aumentos consideráveis. Na 55^a legislatura (2015-2019) e na 56^a legislatura (2019-2023) mantiveram essa tendência de crescimento, embora com algumas flutuações. Estados como BA, RJ e SP foram os principais centros de representação evangélica. Na 57^a legislatura (2023-2027), houve uma leve queda em alguns estados, mas a representação evangélica permaneceu numerosa.

Prancha 1 - Brasil: distribuição de Mandatos de Parlamentares Evangélicos por legislatura (1995-2011)



Fonte: DIAP (2004). Elaboração: Autores (2024)

Prancha 2 - Brasil: distribuição de Mandatos de Parlamentares Evangélicos por legislatura (2011-2027)



Fonte: DIAP (2004). Elaboração: autores (2024)

A seguir observa-se ao longo das legislaturas de 1995 a 2024, o percentual de vagas ocupadas por parlamentares evangélicos em relação ao número de vagas disponíveis por estado. Alguns estados mantiveram uma representação constante, enquanto outros experimentaram grandes flutuações.

No RJ, houve um crescimento de 7% na 50^a legislatura para 50% na 54^a legislatura, variando de 46% a 48% nas legislaturas seguintes, e caindo para 35% na 57^a legislatura. Em SP aumentou de 4% na 50^a legislatura para 30% na 56^a legislatura, com uma queda para 19% na 57^a legislatura. Já MG cresceu de 6% na 50^a legislatura para 23% na 54^a legislatura, caindo para 11% na 57^a legislatura.

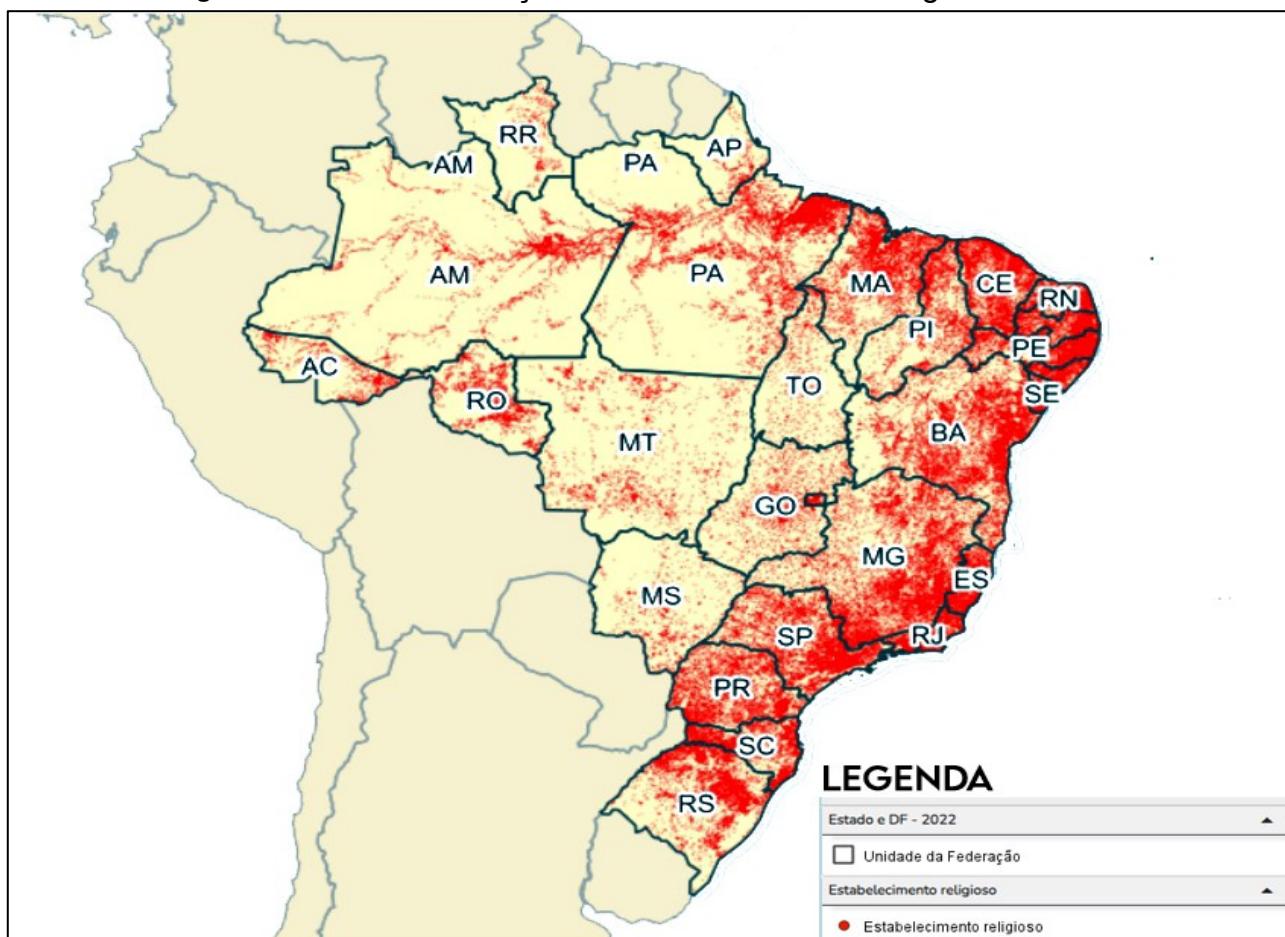
Na BA, a variação foi de 5% na 50^a legislatura para 15% na 55^a legislatura, caindo para 10% na 57^a legislatura. No PR, o crescimento foi de 3% na 50^a legislatura para 23% na 55^a e 56^a legislaturas, caindo para 13% na 57^a legislatura. No ES, a representação aumentou de 10% na 51^a legislatura para 50% na 54^a e 55^a legislaturas, caindo para 20% na 56^a e 57^a legislaturas. O TO manteve a representação em 25% ao longo de todas as legislaturas. Em RO e RR mantiveram elevadas porcentagens, com até 50% em diferentes legislaturas.

Os dados preliminares do Censo 2022 (IBGE, 2025) mostram que a maior parte da população que se declara evangélica com mais de 10 anos está localizada na região Norte, uma média de 36,8%. Destacam-se os estados do AC (44,4%), RO (41,1%), AP (39,4%), PA (34,4%) e RR (32,6%). Em seguida, vem o Centro-Oeste, com uma média de 31,4%, destacando-se o MS com 32%.

A análise de Mariano (2013) sobre os dados censitários aponta que, entre 2000 e 2010, o crescimento da população evangélica foi consideravelmente maior do que o crescimento da população brasileira em geral. A população evangélica cresceu 61,4%, enquanto, no geral, o crescimento foi de 12,3%. O crescimento foi acompanhado pela queda na soma da população de católicos e evangélicos, que passou de 89,5% para 86,8% no período. Os dados mais recentes do Censo 2022 mostram a continuação da queda no número geral de cristãos (83,6%), acompanhada por uma composição religiosa mais diversa (Carraça, 2025), caracterizada pela diminuição no número total de católicos (56,7%) e espíritas (1,8%) e um crescimento menos acentuado no número de evangélicos (26,9%). Observa-se também um aumento na proporção de pessoas que seguem a umbanda e o candomblé (1%), outras religiões (4%) e aquelas sem religião (9,3%). Ou seja, apesar da diminuição na participação conjunta dos cristãos, houve o fortalecimento da presença evangélica.

Os dados levantados pelo Censo Demográfico 2022 e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificaram aproximadamente 580 mil estabelecimentos religiosos no Brasil, ou seja, cerca de um estabelecimento desse tipo para cada 350 pessoas (Balloussier, 2024). Na Figura 1, a seguir mostra a distribuição desses estabelecimentos religiosos no Brasil.

Figura 1 - Brasil: distribuição de estabelecimentos religiosos – 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022. Organização: autores

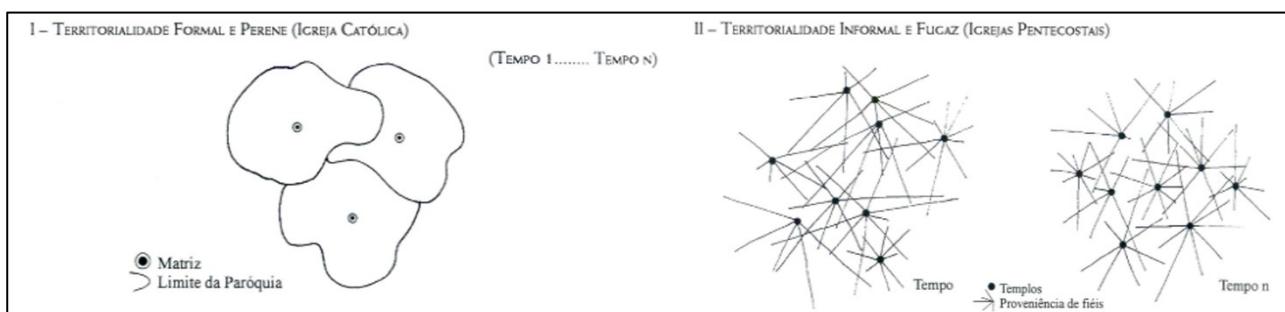
Ao observar a figura 1 fica evidente que existe uma grande concentração de estabelecimentos religiosos ao longo do litoral brasileiro, em especial nos grandes centros urbanos. Isto é, em áreas historicamente ocupadas com grande densidade populacional. Ao mesmo tempo, há também um processo de interiorização de práticas religiosas que alcança áreas rurais e menos urbanizadas.

Até então, o Censo Demográfico não especifica o tipo de estabelecimento religioso, logo não é possível afirmar com o detalhamento disponível que tipo de fé é professada em cada localidade. Os dados censitários incluem uma variedade de locais de culto, tais como casas de oração, centros espíritas, conventos, igrejas, mesquitas, mosteiros, salões do

reino, sinagogas, templos, terreiros, entre outros locais destinados à prática da fé e da religiosidade (Balloussier, 2024).

A Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2021 ajuda a entender parte dos dados censitários. Ela foi elaborada com base exclusivamente nos dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ao todo foram identificados 124.529 estabelecimentos religiosos no país. Destes, aproximadamente 82% eram estabelecimentos religiosos cristãos (11% católicos e 71% evangélicos). Se considerado que esses estabelecimentos são, em sua maioria, médios e grandes templos formalizados, o número de estabelecimentos religiosos vinculados ao cristianismo pode ser ainda maior, pois há um número significativo de pequenos e informais estabelecimentos religiosos presentes no cotidiano da população. Os evangélicos adotam estratégias que utilizam do espaço como trunfo para expansão da sua fé (Ver Figura 2).

Figura 2 – Esquema de territorialidade da Igreja Católica e de Igrejas Pentecostais



Fonte: adaptado de Machado (2013)

Na Figura 2, observamos o esquema elaborado por Machado (2013) que estabelece diferenças estratégicas entre a Igreja Católica e as Igrejas Pentecostais, na qual, a primeira tem uma estrutura de controle territorial centralizada e bem definida, enquanto as pentecostais são descentralizadas e que competem entre si, ao mesmo tempo que se apresentam flexíveis. Os evangélicos utilizam da nucleação, na qual, as casas dos membros funcionam como centros de fé, utilizadas para a leitura da Bíblia e cultos, mas que também como pontos de encontro, assistência⁴ e ocupação em áreas marginalizadas.

Um caso recente da atuação evangélica que ganhou visibilidade foi a criação, por

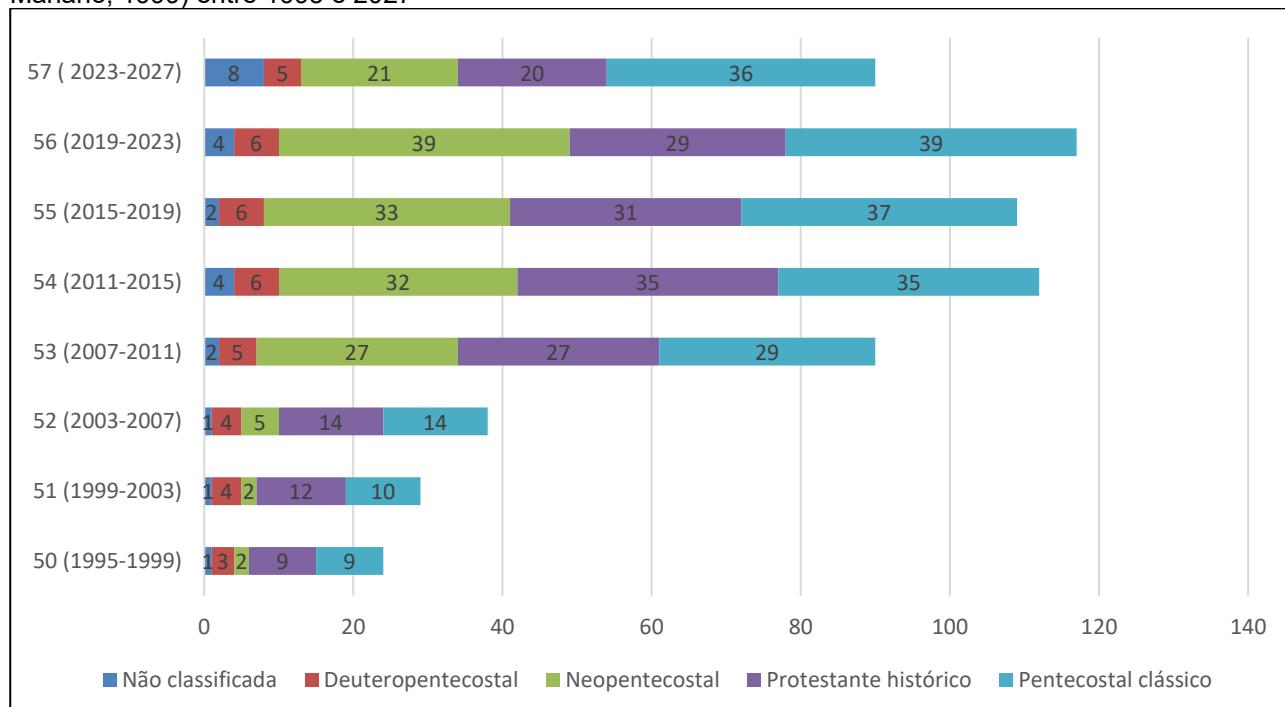
⁴ O assistencialismo promovido por igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais geralmente é orientado por lógicas neoliberais e influenciada pela Teologia da Prosperidade que interpreta a pobreza como falta de fé e obediência a Deus. Os projetos possuem então a função de evangelizar, “salvar vidas” para Cristo e submeter essas pessoas a algum tipo de senhorio religioso. Além disso, segundo Marcelo Camurça (Camurça, 2018), parlamentares ligados à igrejas neopentecostais muitas vezes utilizam recursos de fundos partidários para criar entidades assistenciais em que reproduzem práticas clientelistas como distribuição de cestas básicas, orientação jurídica, clínicas médicas com várias especializações, doações de contraceptivos a populações em situação de extrema pobreza, entre outras.

membros da Igreja Universal, de um ponto de apoio para os moradores do Complexo da Penha (GUIAME, 2025). A iniciativa ocorreu após a megaoperação policial que deixou 121 mortos, a operação mais letal da nossa história, e que exemplifica mais uma situação em que o Estado se faz presente apenas por meio da violência (VIEIRA, 2025).

Vale ressaltar que o conceito de território tem recebido diferentes interpretações ao longo do tempo. Para Machado (1997), o território é um produto histórico da sociedade que o constrói e está intimamente ligado aos processos de apropriação por indivíduos e grupos sociais. Não se restringe à escala do Estado nacional, como no período de sistematização da geografia. Assim, não apenas a dimensão material, mas também a dimensões imateriais e simbólicas se fazem presentes.

Embora o estudo do IPEA não abranja a totalidade dos estabelecimentos religiosos, é um ponto de partida importante para compreender a expansão evangélica no Brasil. O estudo não apenas aponta para o crescimento do número de estabelecimentos evangélicos de 2000 a 2021, mas também para um intenso processo de interiorização (De Negri, Machado, Cavalcante, 2023).

Gráfico 3 – distribuição dos mandatos de parlamentares evangélicos por vertente religiosa (Classificação de Mariano, 1999) entre 1995 e 2027



Fonte: DIAP (2004). Elaboração: Autores (2024)

A maior parte dos mandatos pertence à categoria Pentecostal Clássico, com 209 registros, representando igrejas como a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no

Brasil, denominações com longa trajetória e ampla capilaridade nacional. Na sequência, os protestantes históricos ocupam 177 mandatos, com destaque para batistas, presbiterianos e metodistas, cujas raízes estão ligadas diretamente à Reforma Protestante do século XVI.

A vertente neopentecostal, marcada pela ênfase na teologia da prosperidade, no uso intensivo da mídia e na atuação política mais explícita, soma 161 mandatos, o que evidencia sua crescente influência nas últimas décadas. Já o deuteropentecostalismo, segunda onda do movimento pentecostal no Brasil (ex: Igreja do Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo), aparece com 39 mandatos, indicando uma presença moderada, mas consistente.

Por fim, 23 mandatos foram considerados "não classificados", por estarem vinculados a igrejas locais, independentes ou com nomenclaturas genéricas que dificultam uma categorização precisa. Esse grupo também evidencia a diversidade do campo evangélico brasileiro, composto por uma miríade de pequenas denominações e ministérios autônomos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, longe de pretender ser um ponto final nos debates sobre a composição da bancada evangélica no parlamento brasileiro, trata-se, sobretudo, de um convite à reflexão sobre quem são esses parlamentares. Nossa ponto de partida foi um esforço de sistematização e identificação dos parlamentares evangélicos ao longo das últimas décadas, além de discutir como os evangélicos são um grupo formado por diferentes práticas religiosas e políticas, organizadas em diversas denominações. Além disso, buscou-se diferenciar o que se convencionou chamar de bancada evangélica da FPE, já que nem todos que fazem formalmente da Frente são protestantes ou pentecostais.

Coube destacar ainda que, historicamente, os evangélicos nem sempre ocuparam cargos influentes. Na verdade, faz pouco mais de um século que passaram a integrar diretamente a política institucional. Apesar de terem conquistado mais espaço, os parlamentares evangélicos não compartilham um único projeto político. Há uma grande diversidade de posicionamentos entre eles, bem como divergências entre suas atuações no parlamento, entre as igrejas e a comunidade evangélica, como se observou no caso do PL do Estupro.

Por fim, procuramos indicar que o aumento dessa representação está relacionado não apenas a aspectos demográficos, como o crescimento da população evangélica, mas também a estratégias políticas que fazem do espaço um campo estratégico de atuação.

REFERÊNCIAS

- BALLOUSSIER, A. V. Templos evangélicos crescem 228% em duas décadas e dominam cena religiosa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/templos-evangelicos-crescem-228-em-duas-decadas-e-dominam-cena-religiosa.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- BAPTISTA, S. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira:** um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume; Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.
- CAMURÇA, Marcelo. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, 2019.
- CARRANÇA, T. Avanço evangélico perde força e outros 7 dados inéditos sobre religião no Censo 2022. **BBC News Brasil**, São Paulo, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cex5r95zv8ro>. Acesso em: 20 set. 2025.
- DANTAS, B. S. A. **Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal.** 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16946>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- DE NEGRI, F.; MACHADO, W.; CAVALCANTE, E. J. **Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas.** Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2023. (Diset: Nota Técnica, 123). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/diset123>.
- DIP, A. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FAUSTINO, A. S. P. **O senhor é meu vereador e nada me faltará: a inserção pentecostal assembleiana na vida política de Cabo Frio (RJ) – 2000-2008.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GONÇALVES, R. B. O envolvimento de parlamentares evangélicos em casos de corrupção na Câmara dos Deputados. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 6, p. 300-332, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/7273>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- GONÇALVES, R. B. “Bancada evangélica?”: uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciencias Sociais), UFPEL, Pelotas, RS. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1591>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GUIAME. Igreja cria ponto de apoio e oferece oração em megaoperação no Rio: “Levando esperança”. **Guia me**, 29 out. 2025. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/missoes-acao-social/igreja-cria-ponto-de-apoio-e-oferece-oracao-em-megaoperacao-no-rio-levando-esperanca>. Acesso em: 14 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Religiões:** resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

LACERDA, F. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/T.8.2017.tde-02062017-103551. Acesso em: 26 jun. 2024.

LIMEIRA, A. R. **“O culto continua”: a instrumentalização da política partidária pelas lideranças transpentecostais nas eleições presidenciais de 2018**. 2023. Monografia (Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, [S. I.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30551>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MACHADO, M. D. C. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MACHADO, M. D. C.; MARIZ, C. L. O sionismo cristão no Brasil do século XXI e os interesses em jogo. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 25, e023025, out./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/plugins/generic/pdfJsViewer/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fperiodicos.sbu.unicamp.br%2Fois%2Findex.php%2Fcsr%2Farticle%2Fdownload%2F8673504%2F33239%2F162919>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MACHADO, M. S. A territorialidade pentecostal: uma contribuição à dimensão territorial da religião. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 36-49, 2013. DOI: 10.12957/espacoecultura.1997.6773. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6773>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MACHADO, M. S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-32, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/21750>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MARIANO, R. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, jul./dez. 2006.

MARIANO, R. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, 2004.

MARIANO, R. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, v. 2, n. 24, p. 119-137, 2013. DOI: 10.22456/1982-8136.43696. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/43696>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MARIANO, R.; GERARDI, D. A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, [S. I.], p. 61-76, 2019.

MARIZ, C. L. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 13, out./dez. 1995.

MEDEIROS, Jayce Mayara M. A reação neoconservadora à política de assistência ao aborto no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 147, p. 1-22, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.415>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

ORO, A. P. A política da Igreja Universal e os seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n. 53, out. 2003.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J. L. Em nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 486-522, dez. 2018.

ROCHA, A. Í. **A bancada da Bíblia: uma história de conversões políticas**. São Paulo: Todavia, 2024.

SEMAN, P. A Igreja Universal do Reino de Deus: um ator e as suas costuras da sociedade brasileira contemporânea. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, set. 2001.

SILVA, D. P. Cristofobia e perseguição: entre usos e interpretações dos atos de perseguição aos cristãos na Antiguidade. **Expedições Morrinhos**, v.13, p.1-20, ago./dez. 2021.

SILVA, L. G. T. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica**, Ciudad de México, n. 64, jan./jun. 2017.

SOUSA, B. de O. Pentecostais, fundamentalismo e laicidade no Brasil: uma análise da atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano XIII, n. 37, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/49031>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOUZA, N. Z. R. Em defesa da moral cristã? Fundamentos e justificativas da bancada evangélica nos projetos de lei antiaborto. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12412>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VIEIRA, I. Lista de mortos em operação no RJ evidencia letalidade de jovens. **Agência Brasil**, 7 nov. 2025. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-11/lista-de-mortos-em-operacao-no-rj-evidencia-leletalidade-de-jovens](https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-11/lista-de-mortos-em-operacao-no-rj-evidencia-letalidade-de-jovens). Acesso em: 14 nov. 2025.

Recebido: 23/04/2025
Aceito: 18/11/2025